



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA-EXECUTIVA

### ATA DE REUNIÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO, INSTITUÍDO PELA PORTARIA N.º 2 DE 5 DE JANEIRO DE 2023, PARA RECRIAÇÃO DO PROGRAMA PRÓ-CATADOR.

No dia treze de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, Secretária-Executiva Adjunta da SGPR, Tânia Maria de Oliveira, reuniu-se na sala 98, do 4º andar do Palácio do Planalto, em Brasília/DF, com representantes dos Ministérios para realizar a 3ª reunião do grupo técnico de trabalho instituído pela portaria n.º 2 de 5 de janeiro de 2023, para recriação do Programa Pró Catador. Estavam presentes: representando o Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Sotera e Sabrina Andrade dos Santos; representando o Ministério do Desenvolvimento Social Iara Monteiro de Attuch; representando o Ministério das Cidades Sérgio Adulque; representando o Ministério do Trabalho e Emprego Niro Barros; representando. Foram convidados para participar da reunião Francisco das Chagas Santos do Nascimento e Thais Ribeiro, ambos servidores público do Ministério dos Direitos Humanos; Ricardo Pazzianotto Pinto, representando o Instituto Rever; Cesar Faccio, representando Coalizão Embalagens; Thaís Fagury, representando Abeaço; Rose Hernandes, representando ABIHPEC; Wanderley Coelho Baptista, representando a CNI; Fernando Bernardes, representando a Central de Custódia de Logística Reversa; Ricardo Garcia e Matha Fialho, representando o instituto Giro; Marcelo Souza, representando Indústria Fox; Luciana Figueras, representando a CONATREC; e Dione Manetti, representando o Instituto Pragma. Acompanharam a reunião assessorando a Secretária Adjunta, Renata Davilla, Procuradora Federal, Lea Rocchi Sales, servidora pública lotada no Ministério da Cidadania, e Nara Maubrigades, gerente de projetos, que secretariou a reunião.

A Secretária Adjunta abriu a reunião explicando a importância do trabalho a ser realizado pelo GTT e abriu inscrições para rápida apresentação dos presentes, todos se apresentaram sinalizando seus cargos e entidades que representam, relatando, ainda, sua experiência com o tema e trabalhos já desenvolvidos. Aberta as inscrições sobre o tema, Dione Manetti iniciou as falas dos grupos empresariais, ressaltando a importância do tema, lembrando que os últimos 4 anos foram difíceis para o tema. Informou sua participação, no governo Dilma, na construção do acordo setorial. Relatou, como representante do segmento empresarial, que o grupo sentiu a necessidade de unificar o debate do tema com o governo, em razão das suas funções sociais. Relatou reunião em Brasília com imensa representatividade ocorrida em 12 de dezembro. A referida reunião aconteceu com o coordenador do GT do Meio Ambiente da Transição governamental e teve como ponto principal a necessidade de garantir um movimento unificado dentro das políticas de governo. O setor empresarial precisou buscar alternativas para continuar atuando no tema frente a ausência de diálogo com o governo anterior. Citou modelos de atuação desenvolvidos pelo setor empresarial para sobreviver à ausência governamental. Informaram que a ABRAMPA, Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, lançou modelo de decreto para regulamentar a logística reversa nos estados, alguns já sendo aplicados. Há hoje uma presença dos estados



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

regulamentando este tema. O entendimento é que o tema é complexo e tem grande impacto em vários segmentos do país. O tema central do setor empresarial é o do Recicla+ . Propuseram agenda própria para o setor empresarial atuar no GTT, reabrindo a dinâmica de diálogo entre o setor produtivo e o Estado brasileiro.

A Representante da CONATREC, apresentou-se informando representar cooperativas e catadores independentes, solicitou participação direta no programa Pró catador, pois impacta diretamente na atividade e projetos da empresa.

Marcelo, representante da indústria Fox, pontuou a dificuldade de descarte dos eletrônicos. O decreto 11.044/22 trata o resíduo eletrônico no mesmo patamar que os outros resíduos. Se propôs a participar do GTT para contribuir com a experiência no tema. Ressaltou que o resíduo eletrônico requer tratamento específico. Muitos países estão criando políticas de importação de resíduo eletrônico, e vê o fato como grande oportunidade, visto que o Brasil tem baixa produção de eletrônicos. Contribuição de que os resíduos precisam ser olhados dentro das suas especificidades, e que o tratamento ocorra com os devidos critérios técnicos.

Os representantes do Instituto Giro reforçam os pontos colocados pelo Diretor do Instituto Pragma. Ressaltaram a importância de criação de um fórum sobre o tema, vez que existem diversos entraves para que o problema seja resolvido. Não podendo haver foco em apenas um segmento da pauta. Pontuam a necessidade de fortalecer todos os elos da cadeia, apontando os diversos tópicos que precisam ser aprofundados. Informam que muitos estados ligaram o cumprimento da logística reversa ao seu licenciamento ambiental. Apontam que mais estados estão prontos para soltar novos decretos sobre políticas de embalagens.

O representante da Central de Custódia de Logística Reversa, contextualizou sobre a política de verificação. Acrescentou que em seu trabalho iniciou uma padronização para poder olhar para o setor industrial e identificar os atores empresariais no tema. Informa que o verificador independente traz melhor rastreabilidade, conseguindo rastrear os resíduos, investimentos duplicados nas mesmas estruturas sobre o mesmo material. Sendo este o objetivo do verificador independente, evitar a duplicação de resultados. Hoje, mais de 90% dos programas que atuam com política reversa fornecem os dados à Central de Custódia de Logística Reversa, demonstrando grande avanço no setor.

O grupo presente pontuou a importância da análise das legislações estaduais e AMBRAPA. Ressaltaram, ainda, a importância do licenciamento ambiental, para conseguir saber todos os CNPJs que atuavam no estados, ocasionando mais investimento para a política reversa estadual e políticas relacionadas aos catadores.

Representante da CNI, informa que tem total alinhamento ao que foi colocado nas falas anteriores. Trabalharam ativamente para derrubada dos vetos da lei de incentivo à reciclagem. A CNI trabalha na elaboração de propostas de incentivo à políticas de reciclagem.

Representante da ABEAÇO acredita que o espaço para discussão traz estabilidade para as empresas atuantes.

Os representantes do Instituto Rever informaram que atuam como entidade gestora no programa de reciclagem e resíduos sólidos. Trabalharam com saneamento básico na parte de operacionalização. Pontuaram que a boa vontade do legislador, por vezes, não reflete a realidade dos fatos. Agradeceram a palavra dos colegas representantes industriais, mas gostaria de pontuar sobre a realidade da operacionalização, apontando a dificuldade de implementar políticas afirmativas por falta de conhecimento, equipamentos.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA-EXECUTIVA**

A Secretária adjunta retomou a palavra para esclarecimento ao que se refere a demanda de criação de Fórum sobre o tema, mencionando o exíguo prazo para elaboração do decreto, o que tornaria inviável, em um primeiro momento, a criação de um fórum para discussão deste decreto específico, o que não impede novos encontros e debates sobre os temas e outras políticas na área para regulamentações futuras. Esta instrução normativa, objeto do GTT, é especificamente para recriação do programa Pró Catador e revisão do Decreto 11.044/22.

A priorização dos catadores desaparece no decreto Recicla+, diante de todas as condicionantes de impossível cumprimento pelos catadores informais e maioria das cooperativas. Apontou que o GTT atua buscando consenso, ainda que haja divergências.

Após, foram abertas inscrições para falas dos representante governamentais integrantes do GTT. A representante do MMA, Sabrina, pontuou que há enorme relação das falas com as pautas do Meio Ambiente, extrapolando o objeto deste GTT, mas que pode se tornar tema de atuação ministerial para atendimento das demandas.

Em resposta, o Diretor do Instituto Pragma sugeriu apresentar agenda dentro do prazo do GTT para discutir sobre 30 pontos, com 5 divergências do grupo sobre a pauta. Solicitou oportunidade para sistematizar as contribuições do setor industrial para que apresente o que há acordo. Requereu nova reunião, no dia 18 de janeiro, com uma maior representação, para que possa apresentar ao GTT, novo relatório de contribuições assinado pelo segmento empresarial.

Ao final da reunião firmaram os seguintes encaminhamentos: Criação de canal de diálogo com o segmento para envio do relatório com contribuições.

A solicitação foi acatada pela Secretária, firmando-se realização de nova reunião no dia 18 de janeiro.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada por todos os presentes, segue assinada pela Secretária Executiva Adjunta, Tânia Maria de Oliveira.

Brasília-DF, 13 de janeiro de 2023.